

O ensino médio no Brasil: em busca da inovação?

*Adriane Carneiro Ferreira*¹

*Edna Amancio de Souza Ramos*²

Resumo

Ainda que não se possa negar que o ensino médio tenha passado transformações nesta última década, parece que estas não foram capazes de efetivar as mudanças necessárias em relação à qualidade de ensino neste nível. Qual a razão de tantas iniciativas frustradas de um novo ensino médio? Por que há, ainda, déficits em relação ao número de vagas ofertadas neste nível de ensino e um número alarmante de evadidos e reprovados? O presente artigo pretende apresentar uma reflexão sobre o desenvolvimento de ações em relação a esta problemática no Brasil, com um recorte a partir da década de 90, e com a análise de um dos programas do Ministério da Educação que apresenta em seu título a perspectiva de inovar “novamente” o ensino médio: o Programa Ensino Médio Inovador, lançado nacionalmente em 2009 e implantado no Estado do Paraná no ano de 2010.

Palavras-chave: Ensino Médio, inovação, Programa Ensino Médio Inovador.

Abstract

Although it cannot be denied that High School had undergone changes in the last decade, it seems they were unable to effect the necessary changes considering the quality of this education level. What is the reason for many frustrated initiatives of a new High School? Why still are deficits between school places offered and the alarming number of students that dropped out and/or failed? This article intends to show a reflection about the development of the actions relating to this subject in Brazil, beginning from 90's, considering the analysis of the Education Department special program that has in its title the perspective to innovate High School (The Innovated High School Program), released nationally in 2009 and implemented in Parana state in 2010.

Key-words: High School. Innovation. Innovated High School Program.

¹ Mestranda em Educação - UFPR _ adrianefer@gmail.com

² Mestranda em Educação - UFPR _ ednaamancio@bol.com.br

As demandas atuais do ensino médio

No Brasil, ao final da década de 90, houve um crescimento exponencial do número de matrículas no ensino médio em virtude do aumento do número de concluintes do ensino fundamental, o que Oliveira (2004) chama de expansão forjada, já que o ensino médio cresceu, nos anos 90, nos espaços ociosos do ensino fundamental (principalmente no noturno). A autora aponta que muitas das ações educacionais da década de 90 tiveram motivação econômica no sentido de universalização da oferta, porém sem ampliação de recursos, apenas com a otimização dos já existentes.

[...] Isso porque as políticas de focalização do ensino fundamental, como já referido, têm resultado em aumento significativo do contingente de seus concluintes, o que tem elevado, em números expressivos, a demanda por matrícula no ensino médio. (OLIVEIRA, 2004 p.106).

É possível afirmar que houve uma expansão da precariedade na educação básica brasileira, já que possibilitar o acesso à escola não é garantia de permanência, tampouco de sucesso escolar (aprendizagem). Dubet (2004) explica que a opção da maioria dos governos democráticos é por uma concepção meritocrática de justiça escolar, de igualdade de oportunidades de acesso e de competição escolar, mas tal posição, na verdade, não transformou a escola num espaço mais justo, pois as desigualdades entre as pessoas não foram eliminadas, muito menos as diferenças de desempenhos entre os alunos que pertencem a diferentes classes sociais, as diferenças entre gênero e entre os grupos sociais. O autor afirma, ainda, que aqueles que têm mais dificuldades possuem a pior condição em relação à quantidade de professores, à péssima qualidade de estrutura física dos estabelecimentos, à limitação social da participação da família (seja pela ignorância ou por sua ausência), o que torna a competição escolar nada justa.

Embora as políticas mais recentes venham reafirmando a necessidade de se pensar nos setores mais pobres, de adequar as condições de oferta aos menos favorecidos socialmente, os resultados dos exames nacionais e estaduais têm atestado o quanto tais medidas têm sido inócuas, ou só ficam na intenção, não saindo do papel. (OLIVEIRA, 2004, p.176)

Ainda segundo Oliveira (2009), as políticas educativas da atualidade partem de uma noção de que a escola é, sim, espaço de ensino mas, antes de tudo, de promoção de justiça social e, desta idéia, advêm políticas educativas adotadas em diferentes países com novas atribuições sociais para esta escola, na sua maioria políticas assistencialistas, sendo possível

perceber uma desconfiança sobre sua capacidade de desempenhar com qualidade suas funções de disseminadora de conhecimentos válidos. A possibilidade de reação da escola é reduzida na perspectiva de que ela, sozinha, não pode se reestruturar-se e reagir à crise imposta de fora dos seus muros.

Entretanto, a instituição escolar permanece tendo a distribuição dos conhecimentos socialmente valorizados como seu papel primordial, sem o que sua existência seria colocada em xeque. O que se espera da escola é que ela continue legitimando e possibilitando posições sociais; do contrário, sua função passa a ser cada vez mais desacreditada, e sua existência, ameaçada. Ao mesmo tempo, torna-se mais evidente o fato de que tal distribuição é profundamente desigual, pois depende do lugar que os indivíduos ocupam na estrutura social, e essa instituição não consegue sair desse emaranhado que a envolve. (OLIVEIRA, 2009, p 24)

A autora destaca que, em meio a esta crise, há carência de propostas políticas eficazes para uma reação onde se possa, verdadeiramente, buscar uma mudança para melhor. As políticas educacionais implantadas a partir de 2003 no Brasil trazem no seu bojo uma tentativa de reação a essa expansão da precariedade vivida em décadas anteriores, quando a organização da educação se viu permeada por um discurso liberal que constantemente aponta para a igualdade social, mas que, na prática, solidifica as diferenças.

Na primeira metade do século XX, o discurso pela igualdade de direitos à instrução esteve muito presente no pensamento dos educadores e nos textos constitucionais através das propostas da escola pública, obrigatória e gratuita, mas, na realidade, o que se apresentou, desde sempre, nesse nível de ensino, foi a divisão de uma escola propedêutica e preparatória para a universidade, para os filhos da elite; uma educação direcionada às atividades práticas como o ensino industrial, agrícola e comercial, para a classe trabalhadora e, ainda, uma não realizada escola pública para a maioria da população. Além disto, segundo Fanfani (2000), a escola de nível médio não leva em consideração as necessidades dos jovens, ela não está qualificada para atender as demandas dos sujeitos. Para o autor, uma escola adequada aos jovens deveria possuir algumas características: valorização dos interesses, conhecimentos e expectativas dos jovens; estímulo às lideranças que assegurem que sejam respeitados os direitos coletivos e individuais do cidadão; que motive, mobilize e desenvolva conhecimentos a partir da vivência dos alunos; possuir flexibilidade quanto à avaliação considerando as diversidades da condição juvenil; capacidade de formar pessoas e cidadãos; uma instituição capaz de atender as diferentes dimensões humanas e com a qual os jovens sintam-se identificados.

A escola em nível médio, no Brasil, como já citado, apresentou uma grande ampliação na questão do acesso a partir dos anos 90, isto devido a inúmeros fatores como: necessidade

do mercado, pressões realizadas por organismos internacionais ou de classe, maior exigência de qualificação profissional e pessoal entre outros. A partir da instabilidade econômica que marcou a década de 90, passa a vigorar o discurso de que o ensino médio, que anteriormente deveria preparar para o trabalho, deveria, agora, *preparar para a vida*, o que, na realidade, “*significa desenvolver competências genéricas e flexíveis, de modo que as pessoas pudessem se adaptar facilmente às incertezas do mundo contemporâneo*” (RAMOS, 2004). Estes pontos, entre outros, fazem com que esta etapa de ensino seja foco de diversas análises devido às enormes deficiências que apresenta na atualidade e a importância assumida enquanto espaço de sistematização e aprofundamento dos conhecimentos, de preparação para o trabalho e a vida cidadã.

Mesmo tendo sido ampliado o acesso ao ensino médio, o número insuficiente de vagas é ainda uma realidade muito presente no país, conforme dados apresentados por Krawczyk (2008): 11,4% dos homens e 5,0% das mulheres entre 15 e 17 anos e 56,3% dos homens e 36,3% das mulheres entre 18 e 24 anos encontram-se fora deste nível de ensino, principalmente negros, índios, pobres e mulheres. A escola em nível médio, além de não oportunizar vagas para todos, precisa enfrentar outros desafios relacionados à aprendizagem com qualidade para os alunos: a evasão e a repetência.

Conforme dados do Censo Escolar de 2007, o estado do Paraná, por exemplo, indica que quase 80% dos jovens de 15-17 anos estariam nas escolas médias, juntando rede pública e particular, no entanto, verificam-se, no mesmo período, índices alarmantes de evasão e repetência no ensino médio noturno: 1ª série – 47%, 2ª série – 32%, 3ª série – 23%, sendo que, no diurno, os números modificavam-se pouco, tendo apenas a inversão das causas, com menos evasão, mas com índices maiores de repetência. A falta de vagas é um desafio a ser superado. Segundo resumo técnico do Censo 2010 (MEC/INEP), com base nos dados apresentados no Educacenso, relativos aos apresentados pelo Fundeb, observa-se uma tendência à adequação nas matrículas, desde 2007, no ensino fundamental, fato este relacionado no documento pela adoção de medidas para combater a retenção e distorção idade série, sendo que, em 2010, apresentou um decréscimo nas matrículas de 2%, ou seja, de 1.030.563 alunos. Também a maior aprovação oportunizou, aos alunos, avanços para etapas posteriores, mesmo assim há uma distorção entre concluintes do ensino fundamental e matriculados no ensino médio, em 2010, de dois milhões de alunos: “*No caso do ensino médio [...], a estimativa que a situação de equilíbrio da matrícula esteja em torno de 10,3 milhões de alunos, contra 8,3 milhões*” (MEC/INEP p.3). Comparativamente entre 2009 e 2010, o aumento das matrículas no ensino médio, considerando as matrículas no ensino médio

integrado à educação profissional e no ensino médio normal/magistério, foi de 0,2% com 20.515 matrículas a mais, mas está longe de atender a demanda.

O que leva nossos jovens a se evadirem, desistirem ou nem buscarem cursar o ensino médio? Sem dúvida, um dos motivos é a falta de motivação, de encontrar sentido para estudar aliado às poucas expectativas de futuro, pois, conforme relata Dubet (2004), a escola perdeu seu caráter de promoção social e, assim, outro desafio se apresenta: como motivar nossos jovens a adentrarem na escola, nela permanecerem e aprenderem? As novas demandas do mercado são de pessoas cada vez mais dotadas de poderes do uso de ferramentas tecnológicas. A transformação do sistema produtivo exige poucos profissionais altamente qualificados e, aos demais, se reservam atividades mecânicas e em número reduzido. Exige-se cada vez mais formação, pela competição acirrada pelas vagas, e aumenta-se o debate sobre a precariedade do ensino ofertado e o dilema educação profissional para o mercado ou formação geral preparando os jovens para a entrada na universidade.

A superação da dicotomia entre a educação profissional e propedêutica, mediante a integração de seus objetivos e métodos, contemplando num único currículo os conteúdos da educação geral e da formação profissional, configurando o trabalho como princípio educativo é mais uma das dificuldades apresentadas para o ensino médio. Em se tratando de currículo, a ampliação do mesmo com inúmeros saberes impostos pela demanda social ou devido a interesses políticos ou ideológicos de grupos, gera maiores exigências aos docentes para suprir com esta demanda, mas, paralelamente, a formação e valorização dos seus profissionais vem se precarizando dia-a-dia.

Outros desafios estão ligados à influência cada vez mais presente do setor privado nos rumos do ensino médio que, através da retórica de falta de investimento público para o setor, abre espaço para que entidades com ideologias próprias e que atendem interesses de seus grupos ditem regras de organização, de desenvolvimento e curriculares para as entidades com as quais se encontram conveniadas. Também os meios de comunicação transmitem valores culturais que nem sempre são analisados criticamente pelos jovens, principalmente pelo despreparo dos mesmos em compreender o conteúdo explícito ou implícito no que é transmitido ou acessado.

A precária formação docente, a desqualificação da carreira, as frustrações com que o professor convive ao tentar lidar com as pressões tanto em relação ao significado que atribui para sua profissão quanto às expectativas dos alunos, os quais, pela característica da faixa etária, que se preocupa muito mais com o fortalecimento e ampliação dos círculos sociais ou

pela falta de clareza quanto ao seu futuro – de expectativa, tornam a escola, as aulas pouco atrativas.

As dificuldades acadêmicas acumuladas também reforçam o desinteresse e ampliam as dificuldades tanto dos alunos quanto dos docentes, fato este reforçado pela grande desistência e evasão nesta etapa de ensino. Outros jovens, devido às condições socioeconômicas, nem chegam a entrar na escola média, visando encontrar trabalho e reforçando o quadro de trabalhadores e jovens sem formação mínima esperada para assumir vagas no mercado de trabalho cada vez mais exigente. Quanto ao docente, cada vez mais nota-se a falta de profissionais que desejam atuar nesta esfera, corroborando para piorar o quadro. Diante de tantas dificuldade, muitos são os desafios para o ensino médio brasileiro.

Os desafios do ensino médio

Se a escola média existe pelo e para os alunos, deve considerar seus interesses. Deveríamos iniciar, então, uma discussão a respeito dos sujeitos deste mesmo ensino médio. Quem são eles? De onde vêm? Que referências sociais e culturais trazem para a escola? O que a escola quer que eles sejam/tornem-se? Dessa forma, é necessário que tenhamos claro que não se tratam de:

[...] sujeitos sem rosto, sem história sem origem de classe ou fração de classe. Os sujeitos a que nos referimos são predominantemente jovens e, em menor número, adultos, de classe popular, filhos de trabalhadores assalariados ou que produzem a vida de forma precária por conta própria, do campo e da cidade, de regiões diversas e com particularidades socioculturais e étnicas. (FRIGOTTO, G. 2004, p. 57)

Assim, o ensino médio não pode ter, na dicotomia da preparação para o vestibular ou para o mercado de trabalho, uma única possibilidade de escolha. É preciso que o currículo dê ao ensino médio um significado mais amplo, para além das amarras de sua dualidade estrutural histórica. Em face disso, na construção de novas perspectivas para o ensino médio,

[...] é preciso que o ensino médio defina sua identidade como última etapa da educação básica mediante um projeto que, conquanto seja unitário em seus princípios e objetivos, desenvolva possibilidades formativas que contemplem as múltiplas necessidades socioculturais e econômicas dos sujeitos que o constituem – adolescentes, jovens e adultos –, reconhecendo-os não como cidadãos e trabalhadores de um futuro indefinido, mas como sujeitos de direitos no momento em que cursam o ensino médio. (RAMOS apud CIAVATA, 2004, p. 41)

Portanto, para que o ensino médio defina sua nova identidade, é necessário que identifique os sujeitos que o constituem e o meio social em que se inserem, no sentido de estabelecer uma sintonia com as características sociais, culturais e cognitivas desse “aluno-

sujeito”, através de um processo educativo centrado no mesmo e que possibilite o desenvolvimento pleno de suas potencialidades.

Gramsci (1999) fala de conhecimentos que são importantes, mas que não têm uso imediato, tampouco são atrativos a todos, em todo o tempo e que o desenvolvimento de diferentes capacidades individuais passa pela qualidade de uma base elementar garantida para todos. Anísio Teixeira (1950) já apontava para a mesma necessidade descrita por Gramsci, como sendo urgente e indispensável para a escola brasileira (que começava, neste período, a formar suas redes públicas estaduais e municipais), a criação de uma escola elementar de qualidade para todos os brasileiros. Como vemos, a discussão é antiga. Gramsci (1999) destacava que a cultura fora da escola possibilitava aos estudantes mais abastados melhores resultados escolares, e que a escola deveria suprir essas diferenças e, exemplificando isso, descreve como seria a *escola unitária*:

Assim, escola criativa não significa escola de “inventores e descobridores”; ela indica uma fase e um método de investigação e de conhecimento, e não um “programa” predeterminado que obrigue à inovação e à originalidade a todo o custo. Indica que a aprendizagem ocorre notadamente graças a um esforço espontâneo e autônomo do discente, onde o professor exerce apenas uma função de guia amigável, como ocorre ou deveria ocorrer na universidade. (GRAMSCI,1999,p.72).

Nessa descrição, percebe-se que o foco da mudança da escola, na verdade, está na formação do professor, um intelectual orgânico. Não é possível ser um *guia amigável* sem conhecimento, pois seria um cego guiando outro cego, portanto, sem uma ação específica com o docente, pouco mudaria na escola.

Esse discurso de inovação, de necessidade de modificação, de adequação, de inovação do ensino médio, então, não é de hoje. Mas afinal, o que significa inovação num nível de ensino que sequer conseguiu ser universalizado, tampouco é obrigatório? Afinal, a Constituição fala em progressiva ampliação da oferta do ensino médio e sua universalização, porém, só a partir da Emenda Constitucional nº. 59/2009 é que se apresenta o ensino médio como obrigatório, pois amplia a obrigatoriedade da Educação Básica para a faixa entre os quatro e os dezessete anos, ainda sim, só em 2016.

Na perspectiva de superação dos desafios próprios do ensino médio, inúmeros foram os programas lançados na educação brasileira com o rótulo de *inovação*. A partir daqui, abordaremos um dos programas do governo federal, orientado na perspectiva de trazer a realidade do aluno para a escola de nível médio, fora de uma visão limitada de formação profissional com vistas a uma formação integral.

Programa ensino médio inovador

O Programa Ensino Médio Inovador, lançado pelo Ministério da Educação em 2009, segundo documentos do MEC, é um programa do governo federal que oferece apoio técnico e financeiro a redes estaduais de ensino para o desenvolvimento de ações de melhoria da qualidade do ensino médio público, considerando as especificidades regionais. Combinar formação geral, científica, tecnológica e cultural com a prática e estimular a inovação dos currículos está entre os objetivos do programa, apresentado como uma ação das políticas educacionais implementadas para recuperar a qualidade da formação dos jovens e tornar a escola mais atrativa, incentivando as redes estaduais de ensino a diversificarem os seus currículos escolares. Tal programa, quando de sua implantação pelos Estados e Distrito Federal, pretende estabelecer mudanças significativas nas escolas públicas de ensino médio não profissionalizante no país, revertendo os dados negativos referentes a esta etapa da educação básica. Pretende-se com este programa, a incorporação de componentes que garantam maior sustentabilidade das políticas públicas, reconhecendo a importância do estabelecimento de uma nova organização curricular que possa fomentar as bases para uma nova escola de ensino médio.

O programa – que integra educação escolar e formação cidadã – começou em 2009 em 357 escolas públicas, com a adesão de 17 estados. O programa faz parte de uma política maior de educação que compõe o Plano de Metas: Compromisso Todos pela Educação, pela União, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados e a participação das famílias e da comunidade. O programa é executado em parceria com governos de Estados, do Distrito Federal e das Escolas Federais que se associam voluntariamente ao Governo Federal, quando da assinatura do Termo de Adesão, que implica na aceitação das diretrizes, metas e procedimentos operacionais regulamentares. Os estados que aderiram ao Programa Ensino Médio Inovador elaboraram e enviaram ao MEC/Secretaria de Educação Básica o Plano de Ação Pedagógica (PAP) contendo os Projetos das Escolas de Ensino Médio participantes da experiência de inovação curricular conforme as diretrizes gerais do programa.

A implantação do programa em 2009-2010 estava vinculada ao recebimento do recurso financeiro para o estabelecimento de ensino optante, por meio da sua conta do Programa Dinheiro Direto para Escola (PDDE), para aquisição dos materiais pedagógicos necessários à efetivação das atividades complementares, e de recurso financeiro para a Secretaria de Educação para a efetivação da formação necessária dos docentes e equipes de suporte técnico-pedagógico que fazem o acompanhamento da implantação do programa. O

investimento com o pagamento dos professores atuantes é de responsabilidade das secretarias estaduais de educação que aderiram ao programa.

O Programa Ensino Médio Inovador no Paraná: percalços de sua implantação

O Paraná foi um dos estados que aderiu ao Programa Ensino Médio Inovador e, como os demais, apresentou sua proposta com a seguinte organização: a ampliação da carga horária através da oferta de atividades complementares em quatro áreas do conhecimento (definidas na proposta) e, para elas, os alunos fariam a opção da participação em contraturno como complementação curricular. As atividades complementares seriam independentes e de oferta semestral e buscariam aprofundar os conteúdos das disciplinas da matriz curricular, de acordo com as Diretrizes Curriculares do Estado do Paraná, as DCE.

As políticas educacionais que deveriam ser executadas para a implantação do Programa Ensino Médio Inovador no Paraná: a) Gestão Educacional: Formação continuada para os técnicos pedagógicos das equipes disciplinares dos Núcleos Regionais de Educação do Paraná e formação permanente dos diretores escolares dos estabelecimentos de ensino. (recurso do convênio com a SEED-PR); b) Formação de Professores e condições de trabalho docente: aquisição dos equipamentos e materiais pedagógicos necessários para o desenvolvimento das práticas pedagógicas de sala de aula e formação continuada para os professores que atuam no Ensino Médio por Blocos de Disciplinas Semestrais (política do Paraná) e para os professores das atividades complementares do Programa. (recurso do convênio com a SEED-PR); c) Práticas Pedagógicas e Avaliação: produção de caderno de orientações por área do conhecimento para disseminar as práticas pedagógicas dos professores que atuam no Ensino Médio por Blocos de Disciplinas Semestrais. (recurso do convênio com a SEED-PR); d) Infraestrutura Física e Recursos Pedagógicos: estruturar, nos estabelecimentos de ensino, salas de estudos para os professores que atuam no Ensino Médio Inovador, com disponibilidade de recursos tecnológicos, didáticos e pedagógicos; adquirir mobiliários, equipamentos e recursos tecnológicos para os ambientes escolares: sala de aula, laboratório, sala de estudos para os professores e biblioteca (recurso para o estabelecimento).

Por fim, o Paraná apresenta uma proposta de adesão ao programa federal baseado na sua proposta local de inovação chamado Ensino Médio Organizado por Blocos de Disciplinas Semestrais³. Somente os estabelecimentos que haviam optado pela organização por blocos poderiam optar pela participação no programa.

Considerações Finais

Um programa representa uma conjuntura, representa um filão de ideias de uma política maior e, seria possível dizer, a partir das leituras, que nossa política pública educacional nacional para o ensino médio leva os alunos da escola pública a terem uma preparação inferior àquela dos alunos de escolas da elite, reforçando a escola dual – profissionalizante e propedêutica. Há, claramente, um fomento à escola profissionalizante com criação de escolas da rede federal de educação profissional a partir de 2003, com o Governo Lula, e as ações para as escolas não profissionalizantes apresentam características de baixo custo, ou pequeno investimento (poucos recursos), como parece ser o caso do Programa do Ensino Médio Inovador.

É possível observar que o Programa Ensino Médio Inovador possui dois principais objetivos que são de combinar formação geral, científica, tecnológica e cultural com a prática e de estimular a inovação dos currículos e de incentivar as redes estaduais de ensino a diversificarem os seus currículos escolares. Na prática, não há mudanças no ensino médio, em termos de estrutura ou tempo mínimo de conclusão (ele continua com duração mínima de três anos, com a mesma organização curricular descrita nas Diretrizes Curriculares Nacionais).

Estudos⁴ atuais do próprio governo federal apontam uma baixa qualidade da educação pública brasileira e destacam as desigualdades regionais e intrarregionais como fatores que impossibilitam resultados mais imediatos dos projetos desenvolvidos pelo governo federal, destacando que não é possível pensar uma forma única para educação no país em função destas diferenças. A ideia de *inovação* do ensino médio, no entanto, aparece na literatura pesquisada, já no início da década de 90, sendo questionável até que ponto a ideia do Programa Ensino Médio Inovador é realmente *inovadora*. Na concepção descrita no

³ Ensino Médio Organizado por Blocos de Disciplinas Semestrais: Resumo da organização optativa aos estabelecimentos da rede estadual do PR a partir de 2009: Cada Bloco: 100 dias letivos; Frequência de 75% - mínimo a cada Bloco; Resultado parcial da Série a cada Bloco (semestre); Direito de continuidade dos estudos. Dos 109 estabelecimentos que ofertavam o ensino médio por blocos em 2009, 84 participam do Ensino Médio Inovador do MEC no estado.

⁴ Comunicado IPEA n°129 de janeiro de 2012.

programa, pelo MEC, há a necessidade de mudanças na escola média, uma escola com diversificação curricular, porém a proposta se restringe às mudanças curriculares isoladas (projetos pilotos) e não estruturais, de currículo, de organização do tempo desta escola.

O MEC realizou dois eventos específicos: um em janeiro de 2010, numa parceria com o SESC Rio, onde cada estado apresentava suas propostas aos colegas dos outros estados participantes, em oficinas por área do conhecimento, onde os professores discutiam como fazer *inovação* em sala de aula. O segundo evento ocorreu ao final de 2010, **em Bertioga, São Paulo**, com a apresentação de cada estado de suas ações ao longo do ano com o Programa Ensino Médio Inovador. As realizações iam de passeios com professores em turismo pedagógico em uma escola do Rio de Janeiro até a produção de sabão com óleo de cozinha de uma escola de Pernambuco. O estado do Paraná não apresentou nenhuma produção em relação ao programa, já que, até o final de 2010, não havia implantado efetivamente o programa, apenas as escolas haviam realizado a compra de materiais com o recurso enviado a cada uma diretamente na sua conta do PDDE, seguindo a orientação da Secretaria de Estado de Educação (relação de itens a serem adquiridos).

Por fim, não é possível uma real e efetiva *inovação* do ensino médio sem uma mudança estrutural, sem a mudança de perspectiva de crescimento do financiamento específico para este nível de ensino, de políticas públicas para além de governos, com a esperada continuidade, se não há controle de sua efetividade numa perspectiva real de política pública de Estado. Programas aplicados de forma isolada correm o risco de ausência de implantação ou, como no caso do Paraná, uma aplicação parcial, sem continuidade de ações devido à mudança de gestores.

Referências

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição**: República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. Ministério da Educação e Cultura (1996). **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, DF.

DUBET, François, **O que é uma escola justa?** Caderno de Pesquisas. [on line] 2004, v34, n123 p.539-555 <http://www.scielo.br/pdf/cp/v34n123/a02v34123.pdf> acesso em 10 de agosto 2010.

Clavata, M. e Frigotto, G. (orgs.) **Ensino médio: ciência cultura e trabalho**, Brasília: MEC, SEMTEC, 2004

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Trad.: C. N. Coutinho ET all. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, vol. 1, 1999; vol. 2, 2000; vol. 3, 2000.

GRAMSCI, A. **Caderno 12**. Trad.: Paolo Nosella. São Carlos, 1989.

Krawczyk, N. **Balanco e perspectivas do ensino médio no Brasil**. Palestra proferida pela profa. Nora Krawczyk na Audiência Pública realizada em agosto de 2007, pela Secretaria Estadual de Educação do Ceará, por ocasião da elaboração do Plano Decenal do Estado.

KUENZER, A. (org) **Ensino Médio: Construindo uma proposta para os que vivem do trabalho**. São Paulo: Cortez, 2005.

SEED/DEB. **A proposta de inovação do ensino médio: uma produção coletiva**. SEED/DEB, Coordenação de Legislação e Ensino, Grupo de Estudos 2009.

SUED/SEED. **Instrução nº 04/2009**. Regimenta o ensino médio organizado por blocos. Curitiba, SEED, 2009.

_____ **O ensino noturno: um novo olhar**. Texto para estudo nas instituições de ensino médio, 2008.

OLIVEIRA, D. A. de. A recente expansão da educação básica no Brasil e suas conseqüências para o ensino médio noturno. In: CIAVATTA, M. & FRIGOTTO, G. (org). **Ensino médio: ciência, cultura e trabalho**. Brasília: MEC, SEMTEC, 2004. p.157-179.

OLIVEIRA, D. Política Educativa, crise da escola e a promoção de justiça social. In: FERREIRA, E. & OLIVEIRA, D. (org) **A Crise da Escola e Políticas Educativas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. . p.17-32.

OLIVEIRA, D. A. **Educação Básica: gestão do trabalho e da pobreza**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

RAMOS, M. N. O Projeto Unitário do Ensino Médio sob os princípios do trabalho, da ciência e da cultura. In: FRIGOTTO, G. e CIAVATTA, M. **Ensino Médio ciência, cultura e trabalho**. Brasília: MEC, SEMTEC, 2004.

TEIXEIRA, A. Educação não é privilégio. São Paulo, Livraria José Olympio, 1957.

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13439:ensino-medio-inovador&catid=195:seb-educacao-basica acesso 15-01-2012

PROGRAMA ENSINO MÉDIO INOVADOR_MEC_
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=15134&Itemid=1071 Acesso em 06-09-2010.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc59.htm acesso em 20-02-2012.